



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

# ATA DA 5<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro (11/4/2024), às onze horas (11h), realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça em exercício Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente Lima, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Méro, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Hélder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Neide Maria Camelo da Silva. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: **1.** Ata da 4ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024. **2.** Expediente conjunto da 13ª e 44ª Promotorias de Justiça da Capital (para conhecimento); **3.** Ofício nº 587-2024-OUV/MPAL. Interessada: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento do Relatório Analítico Anual/2023 e do 1º Relatório Trimestral/2024 (para conhecimento); **4.** Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a proporção entre o número de cargos efetivos e de provimento em comissão e o percentual mínimo de cargos de provimento em comissão que serão ocupados por servidores efetivos. Quanto ao **item 1**, Após regular apreciação, a Ata da 4ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado, com a inclusão de uma alteração sugerida pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá, relacionada ao motivo de sua ausência. Quanto ao **item 2**, o Presidente explicou que o expediente objeto de análise versava sobre um ajuste feito entre a 13ª e a 44ª Promotorias de Justiça da Capital acerca de suas atuações extrajudiciais. Esclareceu que o acordo específica a distribuição de feitos



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

---

para cada órgão de execução em consonância com as Regiões Administrativas dos Conselhos Tutelares da Capital, de modo que a 13<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Capital funcionaria nos processos extrajudiciais das Regiões Administrativas I, II, III, IV e V, enquanto a 44<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Capital atuaria nas Regiões Administrativas VI, VII, VIII, IX e X. Mencionou que a distribuição de feitos extrajudiciais não interfere na legitimidade do Colégio de Procuradores de Justiça em fixar as atribuições das Promotorias de Justiça. Asseverou que o ajuste realizado visa tão somente melhorar os serviços prestados pelos referidos órgãos de execução. O item foi conhecido por todos os integrantes do colegiado.

Quanto ao **item 3**, o Presidente esclareceu que a matéria versa sobre os relatórios de atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas referentes ao exercício de 2023 e ao 1º trimestre de 2024. Informou que os relatórios foram distribuídos previamente entre todos os integrantes do colegiado. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Ouvidor do Ministério Público do Estado de Alagoas, este afirmou que o expediente tem por finalidade dar conhecimento das atividades realizadas pela Ouvidoria durante o exercício passado e o primeiro trimestre do corrente ano, em observância aos ditames do art. 3º, VII, da Resolução CPJ n. 7/2018, que instituiu o Regimento interno da Ouvidoria do MPAL. Agradeceu o apoio recebido dos órgãos da Administração Superior do MPAL. Com a palavra, o Presidente elogiou o relatório apresentado e parabenizou a atuação do Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Ouvidor do Ministério Público do Estado de Alagoas. Destacou a iniciativa do Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes em propor que uma reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores fosse realizada em Alagoas, na sede do MPAL. Colocados em apreciação, os Relatórios foram conhecidos e aprovados pelo colegiado.

Quanto ao **item 4**, o Presidente esclareceu que a proposta de Resolução apresentada visa disciplinar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a proporção entre o número de cargos efetivos e de provimento em comissão e o percentual mínimo de cargos de provimento em comissão que serão ocupados por servidores efetivos. Ressaltou que a minuta foi previamente distribuída a todos os integrantes do colegiado. Mencionou que a proposta de Resolução apresentada leva em consideração a previsão contida no art. 37, V, da Constituição Federal, bem como a necessidade de fixar, no âmbito desta unidade ministerial, uma proporção razoável entre o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

número de cargos efetivos e os de provimento em comissão, nos termos da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário 1.041.210. Posta em votação, a proposta de Resolução foi aprovada, por unanimidade, pelo colendo colegiado. Ato contínuo, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestação, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Presidente informou que o Conselho Nacional do Ministério Público está lançando uma campanha de conscientização vacinal em todas as unidades da Federação. Disse que a pedido do Conselheiro Jaime Martins de Oliveira Neto, integrante da Comissão de Saúde do CNMP, contatou integrantes do Poder Executivo Estadual de modo a engajá-los no lançamento da referida campanha. Convidou todos os integrantes do colegiado, informando que o evento deverá ser realizado no Palácio do Governo, no dia 8 de maio. Disse que o Conselho Nacional do Ministério Público sugeriu a realização de um evento no Estado de Alagoas, com o objetivo de discutir as mudanças climáticas. Comunicou que propôs a discussão sobre as mudanças climáticas no âmbito do Congresso Estadual do Ministério Público, que será realizado pela Procuradoria-Geral de Justiça no final do mês de novembro do corrente ano. Asseverou que o Conselho Nacional aceitou a proposta. Mencionou que a realização de congressos é muito importante para a difusão de conhecimento e divulgação das atividades desenvolvidas pela instituição no mundo acadêmico. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, Corregedor-Geral, este elogiou a campanha de conscientização vacinal do CNMP, ressaltando a importância da vacinação para erradicar doenças. Justificou a ausência do Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima, Diretor da Escola Superior do MPAL, este informou que a Escola está realizando dois cursos de aperfeiçoamento profissional no momento. Um sobre versa sobre orçamentos públicos, ministrado pela Excelentíssima Promotora de Justiça Fernanda Maria Moreira de Almeida, e o outro curso aborda a redação oficial, com ênfase na área jurídica, ministrado pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça aposentado e Professor Marcus Robson. Disse que na próxima quinta-feira a Escola Superior realizará, na Biblioteca do MPAL, evento de lançamento do livro “O Espelho de Assis”, de autoria do Professor Marcus Robson. Convidou todos os integrantes do



7                   **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
8                   **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

115       colegiado a participarem do evento. Em seguida, o Presidente agradeceu a  
116       presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura  
117       desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores  
118       de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça,  
119       sob a conferência e assinatura do  
120       Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

121

122                   **Lean Antônio Ferreira de Araújo**  
123                   Procurador-Geral de Justiça em exercício  
124                   Presidente da Sessão



Data de disponibilização: 19 de abril de 2024

Edição nº 1112

Interessado: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Recife (PE)

Natureza: REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Nº 13083.070472/2024- 84 – FISCALIZAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Assunto: OFÍCIO Nº 52/2024/GAB/DRF/RECIFE/PE/RFB

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00003558-0

Interessado: Andrea de Andrade Teixeira

Natureza: Solicitação de ratificação atos audiência

Assunto: Requerimento

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00003561-3

Interessado: Comissão Pop Rua Jud - Justiça Federal em Alagoas

Natureza: Ofício informativo da Comissão Pop Rua Jud, sobre o mutirão a ser realizado dia 04/05/2023

Assunto: Ofício

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00003562-4

Interessado: 50ª Promotoria de Justiça da Capital - MPAL

Natureza: Solicita informações acerca da resposta ao ofício enviado ao Detran para instrução de Notícia de Fato

Assunto: Requerimento

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00003569-0

Interessado: Secretaria de Apoio à Gestão de Processos - Seproc/TCU

Natureza: TCU - Tribunal de Contas da União. Ofício 13625/2024-TCU/Seproc. Notificação de despacho. Anexos: peças 464 e 467 do Processo TC 012.379/2021-2.

Assunto: Ofício 13625/2024-TCU/Seproc

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00003571-3

Interessado: 17ª Vara Cível da Capital/Fazenda Estadual - TJAL

Natureza: Mandado judicial Autos nº 0713790-54.2015.8.02.0001

Assunto: Mandado judicial Autos nº 0713790-54.2015.8.02.0001

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

## Colégio de Procuradores de Justiça

### Atas de Reunião

#### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro (11/4/2024), às onze horas (11h), realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça em exercício Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente Lima, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Mero, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Hélder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Neide Maria Camelo da Silva. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 4ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024. 2. Expediente conjunto da 13ª e 44ª Promotorias de Justiça da Capital (para conhecimento); 3. Ofício nº 587-2024-OUV/MPAL. Interessada: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento do Relatório Analítico Anual/2023 e do 1º Relatório Trimestral/2024 (para conhecimento); 4. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a proporção entre o número de cargos efetivos e de provimento em comissão e o percentual mínimo de



Data de disponibilização: 19 de abril de 2024

Edição nº 1112

cargos de provimento em comissão que serão ocupados por servidores efetivos. Quanto ao item 1, Após regular apreciação, a Ata da 4ª Reunião Ordinária do CPJ em 2024 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado, com a inclusão de uma alteração sugerida pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá, relacionada ao motivo de sua ausência. Quanto ao item 2, o Presidente explicou que o expediente objeto de análise versava sobre um ajuste feito entre a 13ª e a 44ª Promotorias de Justiça da Capital acerca de suas atuações extrajudiciais. Esclareceu que o acordo especifica a distribuição de feitos para cada órgão de execução em consonância com as Regiões Administrativas dos Conselhos Tutelares da Capital, de modo que a 13ª Promotoria de Justiça da Capital funcionaria nos processos extrajudiciais das Regiões Administrativas I, II, III, IV e V, enquanto a 44ª Promotoria de Justiça da Capital atuaria nas Regiões Administrativas VI, VII, VIII, IX e X. Mencionou que a distribuição de feitos extrajudiciais não interfere na legitimidade do Colégio de Procuradores de Justiça em fixar as atribuições das Promotorias de Justiça. Asseverou que o ajuste realizado visa tão somente melhorar os serviços prestados pelos referidos órgãos de execução. O item foi conhecido por todos os integrantes do colegiado. Quanto ao item 3, o Presidente esclareceu que a matéria versa sobre os relatórios de atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Ministério Pùblico do Estado de Alagoas referentes ao exercício de 2023 e ao 1º trimestre de 2024. Informou que os relatórios foram distribuídos previamente entre todos os integrantes do colegiado. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Ouvidor do Ministério Pùblico do Estado de Alagoas, este afirmou que o expediente tem por finalidade dar conhecimento das atividades realizadas pela Ouvidoria durante o exercício passado e o primeiro trimestre do corrente ano, em observância aos ditames do art. 3º, VII, da Resolução CPJ n. 7/2018, que instituiu o Regimento interno da Ouvidoria do MPAL. Agradeceu o apoio recebido dos órgãos da Administração Superior do MPAL. Com a palavra, o Presidente elogiou o relatório apresentado e parabenizou a atuação do Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Ouvidor do Ministério Pùblico do Estado de Alagoas. Destacou a iniciativa do Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes em propor que uma reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores fosse realizada em Alagoas, na sede do MPAL. Colocados em apreciação, os Relatórios foram conhecidos e aprovados pelo colegiado. Quanto ao item 4, o Presidente esclareceu que a proposta de Resolução apresentada visa disciplinar, no âmbito do Ministério Pùblico do Estado de Alagoas, a proporção entre o número de cargos efetivos e de provimento em comissão e o percentual mínimo de cargos de provimento em comissão que serão ocupados por servidores efetivos. Ressaltou que a minuta foi previamente distribuída a todos os integrantes do colegiado. Mencionou que a proposta de Resolução apresentada leva em consideração a previsão contida no art. 37, V, da Constituição Federal, bem como a necessidade de fixar, no âmbito desta unidade ministerial, uma proporção razoável entre o número de cargos efetivos e os de provimento em comissão, nos termos da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário 1.041.210. Posta em votação, a proposta de Resolução foi aprovada, por unanimidade, pelo colendo colegiado. Ato contínuo, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestação, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Presidente informou que o Conselho Nacional do Ministério Pùblico está lançando uma campanha de conscientização vacinal em todas as unidades da Federação. Disse que a pedido do Conselheiro Jaime Martins de Oliveira Neto, integrante da Comissão de Saúde do CNMP, contatou integrantes do Poder Executivo Estadual de modo a engajá-los no lançamento da referida campanha. Convidou todos os integrantes do colegiado, informando que o evento deverá ser realizado no Palácio do Governo, no dia 8 de maio. Disse que o Conselho Nacional do Ministério Pùblico sugeriu a realização de um evento no Estado de Alagoas, com o objetivo de discutir as mudanças climáticas. Comunicou que propôs a discussão sobre as mudanças climáticas no âmbito do Congresso Estadual do Ministério Pùblico, que será realizado pela Procuradoria-Geral de Justiça no final do mês de novembro do corrente ano. Asseverou que o Conselho Nacional aceitou a proposta. Mencionou que a realização de congressos é muito importante para a difusão de conhecimento e divulgação das atividades desenvolvidas pela instituição no mundo acadêmico. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, Corregedor-Geral, este elogiou a campanha de conscientização vacinal do CNMP, ressaltando a importância da vacinação para erradicar doenças. Justificou a ausência do Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima, Diretor da Escola Superior do MPAL, este informou que a Escola está realizando dois cursos de aperfeiçoamento profissional no momento. Um sobre versa sobre orçamentos públicos, ministrado pela Excelentíssima Promotora de Justiça Fernanda Maria Moreira de Almeida, e o outro curso aborda a redação oficial, com ênfase na área jurídica, ministrado pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça aposentado e Professor Marcus Robson. Disse que na próxima quinta-feira a Escola Superior realizará, na Biblioteca do MPAL, evento de lançamento do livro "O Espelho de Assis", de autoria do Professor Marcus Robson. Convidou todos os integrantes do colegiado a participarem do evento. Em seguida, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Procurador-Geral de Justiça em exercício  
Presidente da Sessão

## Conselho Superior do Ministério Pùblico